

DESTAQUE

CRISE ENERGÉTICA

Um sindicato de homens “rijos que nem cornos” que não quer nada com políticos

Falam com orgulho da independência que dizem ter de partidos e de sindicatos tradicionais. Garantem que está apenas a ser “sustentada pelas quotas mensais dos associados”. Quem são os homens que estão a lançar a confusão no país?

Reportagem

Luciano Alvarez (texto)
e Rui Gaudêncio (fotos)

Pouco mais de uma centena de homens em greve abriga-se da chuva miúda que na manhã de ontem caía sobre o viaduto com vista para a entrada do parque da Companhia Logística de Combustíveis (CLC), em Aveiras de Cima, no concelho da Azambuja. É de lá que, desde terça-feira, estão a sair os “comboios” de camiões-cisterna que garantem os serviços mínimos de abastecimento face à greve do Sindicato Nacional de Motoristas de Matérias Perigosas (SNMMP).

Os homens estão agitados, mas o ambiente é festivo. Trocam entre si risos, gargalhadas, piadas. Gritam e aplaudem sempre que chega um camião-cisterna com uma folha de papel no vidro frontal com a frase “serviços mínimos obrigatórios”. “Este é dos nossos e está a cumprir os serviços mínimos.” Sempre que interpelados pelos jornalistas, dirigentes sindicais ou simples filiados, repetem a mesma frase: “Estamos a cumprir na íntegra os serviços mínimos impostos pelo

Governo.” Querem claramente que esta mensagem passe sem equívocos. “Não há qualquer violação à lei”, assegura ao PÚBLICO Pedro Henriques, que acumula as funções de advogado do sindicato com a de vice-presidente do mesmo.

Perto das 12h30 duas dezenas de militares da GNR, alguns munidos de equipamento antimotim, deixam as viaturas paradas no parque da CLC e dirigem-se para junto dos grevistas. A meia dúzia de metros dos sindicalistas, formam uma “barreira” dupla que ocupa toda a estrada e impede os grevistas de saírem do viaduto que os abriga. Do portão da companhia logística começam a sair camiões-cisterna escoltados por viaturas da GNR. Serão sete ao todo. É mais um “comboio” que vai garantir os serviços de urgência de combustíveis, nomeadamente ao Aeroporto Humberto Delgado, em Lisboa. Os grevistas agitam-se, mas o ambiente festivo mantém-se e o “comboio” acaba por ser aplaudido. “Olha, ninguém mandou uma pedra aos camiões”, grita um sindicalista. “Somos gente de paz que apenas luta pelos seus direitos”, acrescenta outro.

Mas afinal quem são estes motoristas de camiões de

transporte de matérias perigosas, membros de um sindicato nascido apenas a 8 de Novembro de 2018, criado a partir da associação que agrupava estes motoristas formada em 2017? Quem são estes homens que desde segunda-feira causam uma enorme confusão no país?

“Somos gente de trabalho, de muito trabalho. Somos gente que há 20 anos luta pelos seus direitos, por uma vida melhor, e ninguém ouviu e a quem nunca deram nada. Somos gente de um sindicato onde a política, os políticos e os sindicatos ligados à política não entram. Somos gente de trabalho, homens rijos que nem cornos e vamos levar esta greve até ao fim, porque agora já nos ouvem”, diz entusiasmado Francisco Fidalgo, 54 anos, filiado no SNMMP e que há 20 anos conduz estes camiões.

Este afastamento do SNMMP da política, dos políticos e dos “sindicatos ligados à política”, numa referência clara à CGTP e UGT, há-de ser repetido várias vezes ao PÚBLICO numa clara manifestação de orgulho. “O segredo do sucesso desta greve é o nosso sindicato. É a sua independência. Aqui não há ninguém dos partidos, nem dos sindicatos tradicionais que nunca



fizeram nada por nós. Nascemos quase com uma declaração de independência desta gente”, acrescenta Rui Pedroso, 43 anos, camionista de pesados há 22 anos e de matérias perigosas há 15.

Este profissional não esconde que “o sucesso da greve, a confusão que arranjou no país, surpreendeu muita gente” e até “muitos dos sindicalistas”. “Quando éramos uma associação, ninguém nos ouvia. Nem partidos, nem Governo, nem patrões. Passámos a sindicato, continuámos a reivindicar os nossos direitos e ninguém nos dava ouvidos. Há 15 dias dissemos que íamos fazer uma greve. Ninguém

nos ligou. Agora, com os efeitos que a greve causou, todos nos querem ouvir. Confesso que não esperava uma greve tão forte, mas teve, de facto, uma grande adesão e agora têm de nos ouvir e de dar uma resposta clara às nossas justas reivindicações”, acrescenta Pedroso.

Já passa da 1h30 da tarde. A chuva abrandou e muitos já deixaram o abrigo do viaduto em busca de almoço. Um homem com um colete amarelo onde nas costas está inscrita a palavra “coordenador” avança para os jornalistas e sindicalistas que por ali ainda andam. Nas mãos traz um volumoso livro. “Esta é a nossa



A união destes homens é grande. Garantem estar a cumprir os serviços mínimos - e por isso aplaudiam sempre que saía um camião-cisterna com destino acordado

Bíblia”, afirma, enquanto bate com a mão direita na capa do livro. A “Bíblia” dos motoristas é a regulamentação da União Europeia e nacional para o transporte de mercadorias perigosas. “Para quem acha que o nosso trabalho não é importante, este calhamaço mostra bem o que somos obrigados a cumprir e as formações que temos de fazer para cumprir o nosso trabalho”, diz António Medeiros, 51 anos, tesoureiro do SNMMP e motorista de pesados há 28 anos. “Somos gente independente. Não dependemos do dinheiro de ninguém, nem de outros sindicatos e muito menos de políticas. Na direcção do sindicato toda a gente trabalha de borla. Todos trabalhamos para todos. Todos juntos por todos. Este lema também é a razão para a greve ter os efeitos que teve”, diz o tesoureiro.

Medeiros diz que o número de associados do SNMMP é neste momento de cerca de 700 inscritos. São os associados, garante, que “estão a pagar a organização da greve e as necessidades que alguns possam ter”. “O dinheiro vem da quotização mensal. Cada um paga 6,5 euros por mês, pouco mais de 1% do salário base de 630 euros que

os camionistas ganham. Este é o único dinheiro que entra no sindicato e que garante a nossa independência”, assegura.

Pedro Henriques, 49 anos, tem-se desdobrado nos últimos dias em entrevistas aos órgãos de comunicação social. É o advogado do sindicato, seu vice-presidente e um dos principais interlocutores das associações patronais e com o Governo. Pedro Henriques concorda que o facto de o sindicato “recusar ligações a qualquer partido político ou organização sindical tradicionais deu força à greve”. “Mostrou que esta gente luta apenas pelos seus direitos que não têm resposta há 20 anos e o faz sem qualquer motivação política.”

A meio da tarde muitos homens continuavam abrigados sob o viaduto com vista para as instalações da Companhia Logística de Combustíveis e para os camiões que dali partiam e ali chegavam. Aos jornalistas iam repetindo que a greve só acaba quando as suas reivindicações forem satisfeitas. “Somos rijos que nem cornos”, haveria de repetir ao PÚBLICO o motorista Francisco Fidalgo.

lvarez@publico.pt

Greves a doer “deverão aumentar no futuro”

Clara Viana

É a quarta vez no último ano que sindicatos recém-constituídos ou que se mantêm independentes trocam as voltas ao sistema pondo em causa o funcionamento de sectores essenciais e ameaçando mesmo paralisar o país. Está a suceder agora com a paralisação de 700 motoristas do sector privado, liderados por um sindicato que tem apenas quatro meses e que assume com orgulho nada ter que ver com partidos ou com as duas centrais sindicais existentes.

Antes tinha acontecido com os professores com uma greve de mais de um mês às avaliações dos alunos promovida pelo então novo sindicato Stop. Foi assim com os estivadores com uma paralisação entre Novembro e Dezembro, que fez cair as exportações.

E também com a chamada “greve cirúrgica” de enfermeiros dos blocos operatórios, uma ideia lançada por um grupo espontâneo de profissionais que entre Novembro de 2018 e Fevereiro passado levou ao cancelamento de milhares de cirurgias.

Ressalvando não querer fazer “futurologia”, o sociólogo Filipe Carreira da Silva adianta “que este tipo de reivindicação deverá aumentar no futuro, sobretudo se as estruturas sindicais tradicionais não mudarem de forma significativa”.

São greves que têm na base motivos “menos ideológicos do que laborais, já que não visam atacar o governo ou as instituições, mas antes a melhoria das condições de trabalho dos profissionais em causa”, contrariando assim a “agenda ideológica clara” que tem estado sempre subjacente às estruturas sindicais que estão no terreno há décadas, prossegue este investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Filipe Carreira da Silva frisa que estes novos movimentos pautam-se pela “rejeição de líderes e de mediações partidárias, preferindo a acção directa, descentralizada e casuísti-

ca”. “Significa isto que estarão mais abertos a acções com o maior impacto possível”, diz. “Se pararmos dois, três dias, pomos Portugal no caos. Temos perfeita noção disso”, assumiu um dos dirigentes do novo Sindicato Nacional de Motoristas de Matérias Perigosas.

Para o dirigente do Sindicato de Todos os Professores (Stop), André Pestana, trata-se de uma equação simples. “Nas greves que não fazem moça quem se desgasta são os trabalhadores, que perdem salário para quase nada. É por isso, para não serem inócuas, que as formas de luta têm de pôr em causa o *status*. É isso que está a ser feito pelos novos movimentos, diz Pestana. E deixa uma garantia: apesar de ter desaparecido dos *media*, o Stop continua a “inovar”, estando agora particularmente apostado em conseguir que as escolas se tornem em territórios livres de amianto.

A investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra Dora Fonseca, que tem analisado a evolução do sindicalismo e dos movimentos sociais, chama a atenção também para o facto de as greves gerais, que têm sempre “um cariz mais político”, estarem a perder terreno para paralisações sectoriais “com reivindicações mais específicas respeitantes a sectores profes-

sionais concretos”, que têm que ver, por exemplo, com a valorização profissional ou a exigência de salários mais elevados. Por essa razão “precisam de causar algum dano para que as suas reivindicações possam vir a ser atendidas”, adianta.

Sindicalizados em queda

Dora Fonseca lembra, por outro lado, a “ligação indissociável que sempre existiu entre sindicatos e partidos políticos”, para referir que não põe de lado a hipótese de os novos movimentos serem “a expressão de uma força política mais radicalizada que pretende deste modo ganhar presença no mercado de trabalho”. Seja como for, alerta, a multiplicação de novas estruturas, que pode ser um sintoma de que as existentes “não estarão a dar as respostas necessárias”, poderá conduzir ao “enfraquecimento do movimento sindical”.

O que já é uma realidade, como mostram os dados compilados pela base ICTWSS disponibilizada pela Universidade de Amsterdão, que reúne informação sobre o movimento sindical em 48 países. Os últimos dados dizem respeito a 2014. Nesse ano, somando sector público e privado, o número de trabalhadores sindicalizados rondava os 723 mil, o que representa 18,5% dos profissionais assalariados. Em 1990, com 900 mil sindicalizados, esta proporção era de 28%.

“As sociedades e as economias têm mudado de forma acelerada e aquilo que funcionava há 50 ou 100 anos dificilmente vai ter hoje os mesmos resultados”, alerta Filipe Carreira da Silva. E deixa outro aviso decorrente deste: “O mundo do trabalho está a mudar e os sindicatos têm de acompanhar essa mudança sob pena de ficarem para trás.” É o que se passa, por exemplo, em relação ao universo em crescimento dos trabalhadores precários, que pouco acolhimento tem tido entre os sindicatos tradicionais, embora representem já 22,3% da população empregada.



Consequências das greves estão a ser mais graves

cviana@publico.pt